

Mortes voluntárias e vidas involuntárias: o suicídio em Recife na primeira década da República



RESUMO

Este estudo investiga como os casos de suicídio ocorridos na cidade do Recife foram noticiados no periódico “Diário de Pernambuco” durante a primeira década da República (1889-1899). Aborda o teor narrativo e sensacionalista das notícias e os apontamentos médicos publicados no referido periódico, relacionando-os aos símbolos, à mentalidade e ao cotidiano de uma nascente sociedade industrial, urbana e republicana. Constata a influência de imperativos domesticadores, como o culto ao trabalho, símbolo do projeto civilizador, e a repressão e criminalização das camadas pobres da sociedade, sobre as motivações e repercussões dos suicídios noticiados por motivos financeiros. Inseridos nessa engrenagem de coerção, esses atos de desespero revelam o peso de uma modernização que reduziu a existência das classes populares a uma condição trágica de vidas involuntárias.

Palavras-chave: Suicídio; Recife; Diário de Pernambuco; Processo Civilizatório.

* Doutora em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade de Pernambuco (UPE), campus Petrolina. CV: <http://lattes.cnpq.br/2938450323089271>

** Graduado em História pela Universidade de Pernambuco (UPE). CV: <http://lattes.cnpq.br/1323401175054785>

Voluntary deaths and involuntary lives: the suicide in Recife in the first decade of the Republic

ABSTRACT

This study investigates how suicide cases in the city of Recife were reported in the newspaper “Diário de Pernambuco” during the first decade of the Republic (1889-1899). It addresses the narrative and sensationalist content of the news and the medical notes stated in the mentioned periodical, relating them to the symbols, mentalities, and daily lives of a nascent industrial, urban, and republican society. It notes the influence of domesticating imperatives, such as the cult of work—a symbol of the civilizing project—and the repression and criminalization of the poor layers of society, on the motivations and repercussions of suicides reported for financial reasons. Inserted in this gear of coercion, these acts of despair reveal the weight of modernization that reduced the existence of the popular classes to a tragic condition of involuntary lives.

Keywords: Suicide; Recife; Diário de Pernambuco; Civilizing Process.

Muertes voluntarias y vidas involuntarias: el suicidio en Recife en la primera década de la república

RESUMEN

Este estudio investiga cómo los casos de suicidio ocurridos en la ciudad de Recife son notificados en el periódico “Diário de Pernambuco” durante la primera década de la República (1889-1899). Aborda el contenido narrativo y sensacionalista de las noticias y los apuntes médicos publicados en dicho periódico, relacionándolos con los símbolos, las mentalidades y lo cotidiano de una nascente sociedad industrial, urbana y republicana. Constata la influencia de los imperativos domesticadores, como el culto al trabajo, símbolo del proyecto civilizador, y de la represión y criminalización de los sectores pobres de la sociedad, sobre las motivaciones y repercusiones de los suicidios noticiados por motivos financieros. Insertos en ese engranaje de coerción, estos actos de desesperación revelan el peso de una modernización que redujo la existencia de las clases populares a una condición trágica de vidas involuntarias.

Palabras clave: Suicidio; Recife; Diário de Pernambuco; Proceso Civilizadorio.



A constituição do suicídio como objeto de investigação histórica foi um processo tardio, marcado por silêncios e pela marginalidade do tema na historiografia, uma dinâmica que passou a ser problematizada na primeira metade do século XX. Na década de 1940, queixava-se Lucien Febvre (1941, p. 218): “Não temos uma história do Amor, pensando bem. Não temos uma história da Morte, não temos história da Piedade, da Crueldade, da Alegria”.¹ Febvre, um dos fundadores da “*Escola dos Annales*”, notara o que muitos negligenciavam: as mentalidades e as emoções podem ser analisadas a partir de uma perspectiva histórica. Neste sentido, a morte, seja involuntária ou voluntária, não é apenas um fenômeno físico-químico de degradação e desintegração dos corpos.

Historicizar o morrer, trata-se, assim dito por Michel Vovelle (1991), de compreender que a experiência da morte não é acrônica e imutável, muito menos é equalizadora das condições humanas, o morrer nos revela, na verdade, configurações históricas, culturais e sociais distintas. O suicídio é uma morte intencionada, quando o sujeito é o autor da ação ou inação que objetivamente provocará seu óbito. Este indivíduo que decide pôr fim à sua existência é um sujeito histórico; sua escolha possibilita compreender os valores fundamentais de sua época, tal como sua atitude afeta o corpo social (Minois, 2018). Sendo assim, a mentalidade, o cotidiano, as condições sociais e culturais são elementos que possibilitam a assimilação das razões e das repercussões dos suicídios em determinadas sociedades.

Para que possamos historicizar o suicídio, precisaremos definir um recorte de tempo e espaço, no caso deste estudo, o Recife na primeira década da República (1889-1899), período imediatamente posterior a eventos centrais da história nacional, como a abolição da escravidão e a Proclamação da República. Outro limite estabelecido refere-se às fontes utilizadas, pois decidimos analisar tanto os casos de suicídio ocorridos em Recife noticiados no periódico “Diário de Pernambuco” quanto os discursos construídos ao longo dos vários artigos sobre a morte voluntária publicados no mesmo jornal. Deste modo, este estudo também pretende investigar a partir dos indícios presentes nas notícias de suicídios, como esses sujeitos que decidiram pelo próprio fim foram noticiados e classificados por uma sociedade que ambiciona o melhoramento material, o progresso e a civilização.

Antes de analisarmos estes documentos, é fundamental compreender o contexto político, social e cultural do Recife e das cidades modernas ao longo do século XIX. O breve tópico a seguir atua como um fio de Ariadne, apresentando o percurso analítico dos símbolos, mentalidades e cotidianos que estruturaram as sociabilidades dos sujeitos deste estudo com o seu tempo e lugar, possibilitando a construção de uma imagem mental dos caminhos labirínticos percorridos na escrita desta pesquisa, bem como dos indivíduos noticiados, lidos e imaginados.²

¹ “Nous n’avons pas d’histoire de l’Amour, qu’on y pense. Nous n’avons pas d’histoire de la Mort. Nous n’avons pas d’histoire de la Pitié, ni non plus de la Cruauté. Nous n’avons pas d’histoire de la Joie”.

² Em conformidade com a premissa de que: “O escrever a história e o pensar a história é inseparável do conceito, mas também é inseparável da imagem. É mediante a imaginação que se configura objetos, as cenas, os eventos históricos. É impossível um historiador sem imaginação, sem capacidade poética de produção de imagens, mentais e escritas. As imagens não surgem, no entanto, de uma necessidade dedutiva, de uma obrigação indutiva, mas de um trabalho experimental, de uma experiência e de uma experimentação do mundo, das coisas, dos eventos, do arquivo que é, ao mesmo tempo, conceitual, ética e estética, afetiva e racional” (Albuquerque Jr., 2019, p. 19).

A cidade e a civilização

O Recife oitocentista foi muitas vezes estudado pela perspectiva dos grandes nomes e eventos que marcam o envolvimento político da capital pernambucana na formação do Brasil. Mas há sujeitos poucas vezes lembrados, que, formando uma vasta parcela da população, percorreram as vielas, as pontes, as praias, os botequins, as igrejas e os cemitérios recifenses. Muitos desses tratados como vadios, viciados em jogatinas, alcoólatras, loucos, suicidas. Sujeitos que deveriam ser domesticados e tornados civilizados para o trabalho, este que era voltado para a modernização material de uma cidade que vivenciava, desde o Brasil Império, um longo processo civilizatório.

O melhoramento material e as mudanças de composturas no Recife estiveram longe de ser um movimento isolado, visto que outras cidades brasileiras, como Salvador e o Rio de Janeiro, estavam, concomitantemente, percorrendo o mesmo processo de mudanças urbanísticas e arquitetônicas desde a independência; a partir de então, o Brasil deixaria de ser uma colônia e passaria a ser uma nação soberana que carecia de centros urbanos e administrativos. A reorganização do espaço e a inserção do discurso higienista no país foram influenciadas pelo processo de modernização de cidades europeias como Paris e Londres, metrópoles que cresciam em termos materiais desde o século XVIII. Assim como na experiência parisiense e londrina, uma nova, ainda que diminuta, burguesia recifense intencionava uma ideologia civilizatória afeita ao “progresso”, sob os ditames do liberalismo e do capitalismo industrial. Para o entendimento desses enunciados, é fundamental introduzirmos as novas sensibilidades promovidas por uma nascente sociedade industrial e urbana.

Desse modo, cabe destacar que as inovações técnicas ocorridas após a Revolução Industrial transformaram a paisagem urbana e a economia capitalista, além de modificar enormemente a sensibilidade do indivíduo em relação à natureza. As potencialidades de produção alcançavam um novo patamar. A máquina inaugurava e simbolizava novos tempos; a autoconfiança da burguesia era irrefreável. De agora em diante, a humanidade não seria subjugada pelos limites da natureza, mas seria submetida a outro tipo de dominação externa, a exploração capitalista. O alvorecer do dinamismo sem fim da acumulação de capital. O mundo daqueles que detinham os meios de produção, do trabalho alienado, das metrópoles enriquecidas pelas nações periféricas colonizadas e escravizadas desde o princípio do século XV, culminava na cidade moderna.³ O sentimento motivado pelos novos tempos que provocara otimismo para os burgueses suscitaria outras sensibilidades para a classe trabalhadora:

Máquinas, multidões, cidades: o persistente trinômio do progresso, do fascínio e do medo. O estranhamento do ser humano em meio ao mundo em que vive, a sensação de ter sua vida organizada em obediência a

³ É importante romper com a ideia de que qualquer centro urbano promoveria espontaneamente uma economia capitalista, isto é, que o capitalismo teria surgido ou surgiria naturalmente com o aparecimento das cidades. Trata-se em realidade de compreender o papel da cidade no ordenamento dos meios de produção em um contexto específico aqui analisado. O capitalismo não deve ser definido essencialmente como uma forma de produção urbana, tendo em vista que o seu surgimento, e em alguns locais o seu desenvolvimento, realizaram-se em um ambiente rural (Wood, 2001, 76-78).

um imperativo exterior e transcendente a ele mesmo, embora por ele produzido (Bresciani, 1985, p. 37).

O trabalhador urbano sofrera o impacto emocional de ser reduzido à força de trabalho, de ser submetido ao tempo e lugar determinados para produção capitalista, de ter seu corpo fadado à utilização econômica e produtiva, disciplinado e controlado (Foucault, 2003). Neste contexto, ainda segundo Foucault, surge o que ele define como:

medo da cidade, angústia⁴ diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoado da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar (Foucault, 2003, p. 87).

À vista de tantos distúrbios urbanos, a burguesia idealizou mecanismos para o ordenamento e controle das cidades, símbolo do progresso e instrumento da produção capitalista, compondo-se da medicina social, do policiamento e da configuração do perímetro urbano para um empreendimento civilizatório e normalizador. Com a ascensão da burguesia, a sensação de insegurança, de que a vida estava sempre por um triz, tornou-se uma sensibilidade que atingia em maior intensidade os populosos bairros pobres. A cidade cindiu-se em espaços antagônicos, os bairros pobres legados ao campo da barbárie e os bairros burgueses classificados como civilizados (Bresciani, 1985).

Os aspectos de metrópoles como Paris e Londres, elencadas por Bresciani e Foucault, não são tão diferentes da vida urbana recifense ao longo do século XIX. Na primeira metade do século, a cidade não possuía sequer um sistema de água encanada ou de esgotos, muito menos iluminação pública e transportes coletivos adequados (Rezende, 2005, p. 80);

era suja, fétida, doente; povoada por seres vivos e mortos; entrecortada por águas e cercada de pântanos; repleta de oficinas com seus muitos entulhos, e padarias com suas chaminés lançando fumaça sufocante para dentro das casas e dos pulmões dos habitantes; prisões insalubres; abatedouros a céu aberto e encarniçados exalando o aroma mortífero e atraindo nuvens de urubus; hospitais e lazaretos para quarentena nada aseado nem afeitos aos mínimos métodos da assepsia; arquitetura das casas e ruas irregulares, becos, vielas e terrenos baldios a juntar gente, animais e coisas; enterramentos dentro das igrejas; água estagnada, lixo e excremento nos logradouros e arredores da cidade (Souza, 2018, p. 121).

⁴ Os termos “medo” e “angústia” nos revelam definições diferentes, segundo Jean Delumeau: “O temor, o espanto, o pavor, o terror dizem mais respeito ao medo; a inquietação, a ansiedade, a melancolia, à angústia. O medo tem um objeto determinado ao qual se pode fazer frente. A angústia não o tem e é vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado: é um sentimento global da insegurança” (Delumeau, 2009, p. 26).

Desse modo, a sede do governo provincial de Pernambuco e a terceira cidade brasileira mais populosa da época, consistia em uma paisagem urbana repleta de imundícies, fedentinas e desordem. Devido à tamanha insalubridade, sucediam inúmeras moléstias, como epidemias de cólera, febre amarela e varíola, que motivaram preocupações em todos os setores da sociedade recifense, requerendo uma atuação mais ostensiva do poder municipal na limpeza e ordenamento dos logradouros, e, sobretudo, na adoção de medidas para o melhoramento material e introdução de padrões de higiene para a população da cidade. Já em 1831, foi decretado um Código de Posturas, que, segundo a historiadora Manuela Arruda dos Santos (2018, p. 90), objetivava intervir no território e no comportamento de pessoas de classes sociais desfavorecidas, como escravizados e trabalhadores pobres. Certamente, a reorganização da cidade ultrapassava aspectos de asseio do espaço público, a classe dominante julgava e determinava quais, ou melhor, quem eram os obstáculos da ordem.

Após o processo de abolição da escravatura e o golpe que instituiu a república no Brasil, o melhoramento material tornou-se símbolo da ordem social e do progresso. Neste cenário, as elites instauraram um verdadeiro culto ao trabalho. Tudo aquilo que não fosse considerado trabalho ou que desviasse o trabalhador de sua atribuição era perseguido, reprimido e criminalizado. Essa ofensiva disciplinar justificava-se pelos anseios de progresso e disciplina do regime republicano, pautados em concepções do positivismo e do darwinismo social. Como constata Maria Clementina Pereira Cunha (1990, p. 25):

O tema da multidão, da impessoalidade das relações sociais nas grandes cidades, as diversas formas da luta de classes, a resistência ao trabalho dócil e disciplinado nas fábricas, as mil formas da agitação social, o ritmo "frenético" da vida cotidiana, as reivindicações operárias, a presença da "turba" e sua inadequação aos padrões de moralidade e higiene das classes dominantes eram temas de crescente preocupação dos políticos e dos doutores ao longo do século XIX.

Desta forma, a apreensão da morte voluntária no Recife republicano exige, sobretudo, a compreensão das engrenagens de coerção que forjavam aquilo a que podemos chamar de vidas involuntárias. A transição para a modernidade urbana não se circunscreveu à remodelação do espaço físico ou à introdução de novas tecnologias; operou, fundamentalmente, por meio de uma nova economia do poder, sustentada por um rigoroso esquadramento biopolítico das populações. Segundo Cunha (1990), a existência das classes populares, abrangendo os sujeitos rotulados como vadios, desempregados e mendigos, foi progressivamente expropriada da sua autonomia. A própria classe proletária vivia sob constante suspeição de patologia mental e, por conseguinte, de subversão da ordem urbana, num estigma fundamentado pelas teorias médicas de degeneração hereditária.

A vida destes indivíduos tornou-se involuntária na exata medida em que o seu cotidiano passou a ser gerido, vigiado e punido por uma rede de instituições disciplinares que visavam a docilização dos corpos para o imperativo do trabalho. O indivíduo que não se adequava à utopia civilizatória e higienista da elite burguesa via a sua circulação restringida e a sua identidade criminalizada. A sobrevivência na urbe transmutava-se, assim, num exercício exaustivo e



compulsório, onde o simples ato de existir estava condicionado ao crivo da vigilância policial e médica (Foucault, 1999; 2003).

O trabalho representava uma pretensão à vindoura civilização que parecia estar logo ali, mas talvez não da forma tão esplendorosa como se cogitava. Em meados de janeiro de 1880, Tarquinio de Souza Filho escreve ao *Diário de Pernambuco*: “Admirável em seus prodígios, assombroso em sua atividade, oferece-nos o século XIX, a contemplação de um espetáculo extraordinário”.⁵ As inúmeras transformações nas ciências, nas artes e na filosofia provocavam percepções contraditórias sobre o futuro, que invocava tanto a esperança quanto o temor. Tarquinio, assim como tantos outros intelectuais, políticos e médicos que destinaram seus textos aos periódicos oitocentistas, enxergava com cautela e repreensão as condições políticas, sociais e culturais vivenciadas no século XIX, conforme o articulista afirma: “Mas – julguem embora paradoxo o que vamos afirmar – apesar destas expendidas aparências, deste cortejo brilhante de grandezas, quantas fraquezas, perturbações e ruínas!!...”.⁶ Há, dentre as “perturbações” sucedidas no período, elencadas pelo articulista, menção ao suicídio:

*O suicídio, esta aberração fenomenal da razão e da consciência, este desforço covarde das almas gangrenadas pelo vício e descritas de Deus, esta suprema expressão do egoísmo na frase de A. Mery, tornou-se um fato banal, um acontecimento cediço, uma lúgubre inscrição que as crônicas do dia repetem sem cessar.*⁷

Percebe-se uma opinião profundamente contrária ao suicídio. A morte infligida a si mesmo é dita pelo articulista como um desvio da razão e da consciência, um ato irracional que somente alguém corrompido pelo vício e descrente da existência de Deus poderia cometer. A convicção de que o suicida agia contra a moral tradicional cristã confere ao suicídio a condição de ofensa e ingratidão para com a vontade divina. Acrescentam-se à sentença de Tarquinio as expressões “desforço covarde” e “suprema expressão do egoísmo”. A covardia estará relacionada ao entendimento do suicídio enquanto fuga de um sofrimento mental ou físico que, segundo o pensamento cristão e, em alguns casos, secular, revelava a insensatez e fraqueza do suicida ao não conseguir aguentar as adversidades da vida (Minois, 2018).

Por fim, o articulista enuncia que os suicídios estavam se tornando cada vez mais frequentes, “um fato banal” que “as crônicas do dia repetem sem cessar”. Essa sensibilidade em relação ao crescimento dos casos de suicídio durante o século XIX não é incomum. Em 28 de novembro de 1888, é publicado no *Diário de Pernambuco*:

*O nosso século pode gabar-se de ter criado a locomotiva e o telégrafo, pode ensoberbecer-se com o telefone e com a luz elétrica, mas se apalmares o pulso, podemos perguntar-lhe:
Oh soberbo século XIX, és tu mais feliz que os outros?
E se o século fosse sincero, deveria responder:*

⁵ *Diário de Pernambuco* (1880, janeiro), n. 3, p. 3.

⁶ *Diário de Pernambuco* (1880, janeiro), n. 3, p. 8.

⁷ *Diário de Pernambuco* (1880, janeiro), n. 3, p. 8.

Não.

Um não, sem reticências e sem dúvidas.

Não é feliz um século, que vê crescer cada dia o número de suicídios e das alienações mentais, um século que ao terminar a vida, no momento de fazer-se o balanço do seu ativo e passivo, na literatura, na filosofia, e nas artes, confessa-se pessimista.⁸

Notam-se algumas semelhanças entre os dois artigos. Iniciam-se com o sentimento de orgulho e admiração de seus contemporâneos com o seu século, com a exaltação das inovações tecnológicas que se tornaram símbolos do progresso e superação da natureza, e apontam o crescimento do número de suicídios e das alienações mentais. No entanto, o artigo publicado em 28 de novembro de 1888 expõe novos termos, alega que um século de tantas inovações científicas e tecnológicas não se tratava de um século feliz, mas de um século “nevrótico” e pessimista:

O nosso século é nevrótico, não somente porque suicidas e loucos crescem de número cada dia e parecem assinalar com o engrossar das cifras e o aperfeiçoar-se da civilização, mas também por muitas outras razões, que escapam ao olhar do observador impaciente e superficial.⁹

Ainda que se encontre uma enorme variedade de possíveis explicações para o aumento dos números de suicídios oriundas de teses médicas brasileiras e francesas no século XIX, segundo Fábio Henrique Lopes (2010), a própria concepção sobre a cidade esteve no cerne das discussões sobre a loucura e o suicídio. Os grandes centros urbanos não foram entendidos somente como cenário das “perversões humanas” referidas pelas elites, mas também como produtores das paixões, dos vícios e dos excessos que flagelavam a sociedade oitocentista:

Nesses centros de civilização, as paixões desempenhavam seu principal papel e, não por acaso, a alienação mental, com todas as suas nuances, assediava o homem. Em contraposição aos campos, a cidade representava o principal lugar onde reinavam, não só a civilização, como também as paixões impetuosas e nocivas, todo tipo de alienação mental e o suicídio em grande número (Lopes, 2010, p. 170).

Diante disso, podemos perguntar: quais são os elementos que justificam as percepções aludidas pelos dois articulistas e pelos médicos brasileiros sobre o aumento dos números de suicídios? Tarquinio de Souza Filho nos ofereceu uma pista ao se referir à morte voluntária como “uma lúgubre inscrição que as crônicas do dia repetem sem cessar”.¹⁰ A imprensa, o maior veículo de comunicação na época, não apenas noticiara os casos frequentes de tentativas de suicídio e de suicídios consumados, mas divulgara em seus periódicos diversas teses sobre a morte voluntária, articulando os enunciados religiosos, médicos e literários sobre o assunto.

⁸ *Diário de Pernambuco* (1888, 28 de novembro), n. 272, p. 2.

⁹ *Diário de Pernambuco* (1888, 28 de novembro), n. 272, p. 2.

¹⁰ *Diário de Pernambuco* (1880), n. 3, p. 8.

Portanto, a imprensa nos revela que, apesar do silêncio e da censura que rodeiam o tema, muito foi dito sobre a morte voluntária durante o século XIX.

A seguir, exploraremos alguns casos de suicídio ocorridos na cidade do Recife, noticiados no *Diário de Pernambuco* durante a primeira década da República. Este estudo dificilmente seria possível sem as consultas ao acervo do periódico recifense disponível na Hemeroteca Digital Brasileira (Fundação da Biblioteca Nacional). Para buscar a historicidade do suicídio e a sua relação com a cidade, selecionamos os episódios que nos fornecem maneiras de pensar como o suicida e o seu gesto eram vistos e noticiados nos jornais, relacionando, quando possível, com o cotidiano e o processo de modernização do Recife.

Tinta, sangue e trabalho

O *Diário de Pernambuco*, fundado em 07 de novembro de 1825 por Antônio José Miranda Falcão, iniciou suas publicações diárias, com exceção dos domingos, com formato e finalidade diferentes dos que encontramos nas últimas décadas do século XIX. Com finalidade comercial, dedica-se ao anúncio de compras, vendas, leilões, aluguéis e tantas outras atividades econômicas. Também seriam anunciadas as entradas e saídas de embarcações, com o informe das cargas, passageiros e itinerários, assim como das variações dos valores de importação e exportação. Devido a essa finalidade, seu formato inicial era relativamente menor comparado a suas versões posteriores, quatro páginas franqueadas que mediam 24 1/2 x 19 centímetros, custando 40 réis por exemplar (Nascimento, 1968).

Nas décadas seguintes, o periódico passou a divulgar os mais diversos informes, artigos e anúncios. Além dos elementos comerciais citados anteriormente, passou a incluir em sua folha: o noticiário do sul do país e do exterior; correspondências; convites para enterros e para missas; obituários; telegramas; indicações de médicos, advogados e oculistas; notas de viagem; poemas; romances-folhetins; entre outras seções que pudessem interessar aos seus leitores. O *Diário de Pernambuco* foi o órgão oficial da província durante boa parte do Oitocentos, seguindo uma política conservadora. No decênio de 1890, o *Diário de Pernambuco* possuía um formato consideravelmente diferente de seus números iniciais: media 65 x 45 centímetros, suas seções estavam distribuídas em 8 páginas, sendo cada exemplar vendido por 100 réis (Almeida, 2018).

Os casos de suicídio ocorridos em Pernambuco eram noticiados nas seções "Revista Diária" e "Repartição da Polícia"; muito raramente apareciam nos obituários do jornal. Quando comunicadas na repartição da Polícia, as ocorrências eram descritas de forma mais concisa, contendo apenas o essencial, neste caso, o nome e a idade do suicida, a rua em que morava, o método escolhido para pôr termo à vida e, quando informado, o motivo do suicídio. Em contrapartida, os casos noticiados na "Revista Diária" eram bem mais detalhados.

A "Revista Diária" era uma seção destinada aos *fait divers*, isto é, pequenas notícias e informes, sem critério, que enunciavam os fatos cotidianos sucedidos em Pernambuco e no mundo, como notícias de atropelamentos, assassinatos, suicídios, agressões físicas e verbais, roubos, infrações das medidas de compostura; uma diversidade de delitos e desvios das normas

sociais e morais coevas, descritos muitas vezes de forma sensacionalista. Segundo Valéria Guimarães (2014), o surgimento dos *fait divers* estava relacionado ao processo de expansão das cidades e da modernização. Em face do mundo do espetáculo, da *Belle Époque* e da cultura midiática já existente no século XIX, os periódicos se converteram em uma imprensa da sensação, que expressava em suas folhas os mais diversos temas do cotidiano, muitos deles chocantes ou excêntricos, que interessavam aos seus leitores:

Nas páginas dos jornais diários, a voga era retratar o cotidiano cada vez mais esfuziante das grandes cidades de maneira tão espetacular quanto a nova vida, fantástica e aterradora, cheia de sensações, revirvoltas, mudanças e, sobretudo, de aceleração, muita aceleração (Guimarães, 2014, p. 108).

Os suicídios, ou suas tentativas, eram frequentemente publicados como *fait divers*. A folha narra com detalhes os últimos momentos do suicida, suas possíveis causas, se o suicida estava na companhia de pessoas comuns ou familiares, as tentativas, quando possível, de impedir sua morte. Como podemos perceber no caso noticiado em 20 de fevereiro de 1889:

Suicídio

Felippe de Santiago, pardo, de cerca de 60 anos, oficial de carpina, morador que era na rua Conde da Boa-Vista, ao que parece estava atacado de alienação mental, tendo a mania do suicídio.

Ontem, pouco depois do meio-dia, quando pelas oficinas da ferrovia do Caxangá passava o trem de carga que subia a linha, tentou ele deixar-se esmagar pelo mesmo trem, atirando-se sobre os trilhos na frente da máquina.

Obstado nesse intuito pelo maquinista que, apertando o reio conteve o trem, tentou ainda Felipe de Santiago apunhalar-se ali mesmo, no que foi ainda obstado por diversas pessoas.

Não desistiu, entretanto, o infeliz da sua sinistra ideia. Ao aproximar-se um outro trem de carga de referidas oficinas, postou-se ele no cruzamento das ruas Gervásio Pires e Conde da Boa-Vista e, quando por ali passou o dito trem, de improviso atirou-se sobre os trilhos na frente da locomotiva, sendo completamente esmagado pelos veículos. A polícia local tomou conhecimento do fato e procedeu nos termos da lei. Diz-se que o infeliz Felipe de Santiago desde muito dava sinais de perturbações mentais em consequências das dificuldades que tinha para manter a família, visto faltar-lhe trabalho.¹¹

Conforme destaca Valéria Guimarães (2007), informações como nome, idade, profissão e a rua em que morava o suicida não somente dão credibilidade à história, mas também permitem aos leitores identificar o lugar do suicida na sociedade. Em alguns casos, principalmente quando o sujeito é dito pardo ou preto,¹² a cor também é referida na notícia.

¹¹ *Diário de Pernambuco* (1889, 20 de fevereiro), n. 41, p. 2.

¹² São raras as notícias que apresentam o termo "branco" para caracterizar o suicida consultadas para este estudo. Em conformidade, o historiador Ezequiel David do Amaral Canário (2011) ao analisar o suicídio de escravizados em Recife entre 1850 e 1888 indica a mesma circunstância, o termo "branco" pouco aparece em relação a termos como "preto", "pardo" ou "mestiço" que acompanham as descrições quando os sujeitos não são brancos.

Retornemos então ao caso analisado. Felipe de Santiago era um homem pardo, ainda que não fosse designado como um sujeito preto; sua cor sinalizava certa ascendência africana ou indígena. Ser um homem pardo em uma sociedade situada imediatamente após o fim da abolição da escravidão, que ainda conservava uma perceptível estrutura racista, implicava integrar uma hierarquia social e racial que considerava a superioridade do branco frente aos não brancos. Desse modo, a cor de Felipe de Santiago também pode ser entendida como um indicativo do lugar social ocupado pelo suicida, que também é corroborada por outros elementos referidos na notícia, como sua idade, 60 anos, e seu ofício, carpinteiro.

Segundo o relato, Felipe de Santiago estava de maneira evidente em uma situação de pobreza, e sua idade avançada impossibilitava perspectivas de melhoras em seu poder econômico. No Oitocentos, a velhice acrescentada à pobreza estava relacionada a estar propenso à mendicância e à vadiagem. De acordo com a historiadora Kátia Bernardo:

A noção de velho estava associada à noção de incapacidade para o trabalho, isso porque tanto o processo de envelhecimento quanto a sua representatividade através daqueles que chegavam a essa etapa da vida, era a impossibilidade que uma pessoa apresentava de se manter financeiramente (Bernardo, 2010, p. 151).

No entanto, a notícia também considera a alienação mental e a mania do suicídio como condições que o levaram a pôr fim a sua existência. Assim, o *Diário de Pernambuco* enunciava novos termos, definidos pelos estudos médicos sobre a loucura e o suicídio enquanto doenças mentais. Conforme aponta Fábio Henrique Lopes, ao longo do século XIX, as teses médicas brasileiras consideravam que o suicídio estaria relacionado a uma condição patológica, a uma perturbação ou desarranjo mental: “[...] a loucura começou a ser usada como justificativa ou condenação do ato. O sujeito que se matava pôde ser visto por meio de outra imagem aderida a ele: a do louco” (Lopes, 2010, p. 61). Diante disso, Felipe de Santiago não era apenas um homem pardo, idoso e desempregado, mas ainda estava acometido pela alienação mental, que, segundo o discurso médico coevo, era uma das causas do suicídio.

De acordo com Marzio Barbagli (2019), desde o século XVI a compreensão do suicídio deslocara-se gradativamente do campo do pecado e da possessão demoníaca para a esfera da patologia. A secularização do olhar transformou o suicida, antes um criminoso contra as leis divinas, numa vítima da fisiologia cerebral e da alienação mental. Esta mudança de paradigmas refletia a consolidação de um entendimento segundo o qual a vida passava a ser concebida como um domínio do próprio indivíduo, e não mais uma posse exclusiva de Deus. Contudo, de forma paradoxal, quando esta autonomia extrema era exercida por sujeitos marginalizados como Felipe, o saber médico da época encarregava-se de a enquadrar primariamente como um mero sintoma de demência ou alienação.

O tom da notícia publicado na seção “Revista Diária” difere consideravelmente do mesmo caso noticiado dois dias depois, em 22 de fevereiro de 1889, na seção destinada aos relatórios da Repartição da Polícia:

Comunicou-me o subdelegado do 1º distrito da freguesia da Boa



Vista, que anteontem, a 1 hora da tarde, a máquina n. 8, da via-ferra do Caxangá, ao sair das oficinas da rua do Hospício para o Arraial, esmagou o pardo de nome Felipe Santiago Pereira, de 60 anos de idade. Das diligências procedidas a respeito, chegou a evidência que o infeliz se suicidara. Procedeu-se a respeito nos termos da lei.¹³

O comunicado policial não menciona os termos “alienação mental” ou “mania de suicídio”, também não descreve as primeiras tentativas do suicida em pôr termo à sua existência, concernindo apenas ao informe de sua morte e à declaração do resultado da investigação. Desta forma, a versão noticiada na “Revista Diária” difere em sua construção narrativa, capaz de comover os seus leitores, refere-se a Felipe de Santiago como infeliz e ao suicídio como “sinistra ideia”, expõe em pormenores sua morte e lhe atribui dimensões patológicas.

Não são raras as notícias de suicídios, ou tentativas de, por dificuldades econômicas ou falta de trabalho durante a velhice. Em 08 de maio de 1892 é noticiado um caso semelhante:

Suicidou-se ontem à tarde na casa n. 37 da rua S. Miguel pertencente a freguesia de Afogados, onde morava, o sexagenário Miguel dos Anjos Baptista Rodrigues.

O infeliz pôr termo a existência ingerindo verde francês e segundo declarou ao subdelegado respectivo, foi levado a dar esse passo por se achar desempregado.

O cadáver foi transportado para o cemitério público de Santo Amaro, onde os médicos da polícia procederam a competente vistoria.¹⁴

Como já mencionado, a mendicância e a vadiagem estavam geralmente relacionadas a situações de pobreza e invalidez. Ainda que a velhice possibilitasse o senso de que os mendigos em idade avançada eram merecedores de assistência, as soluções articuladas pelo poder público não competiam em um efetivo amparo desses indivíduos e de seus congêneres, considerados pelas elites como indisciplinados, alienados e obstáculos para o progresso:

Desta forma, todas as atitudes que preconizassem um outro meio de vida que não os trabalhos eram coibidos, e era na figura do “vadio” que se concentrava com maior vigor o esforço da polícia em reprimir as ações das classes populares consideradas refratárias à disciplina do trabalho. “Vadio” era considerada toda pessoa que não possuindo bens que justificasse o meio pelo qual vivia, não tivesse ocupação certa e honesta. Era, portanto, um atributo associado diretamente aos homens livres pobres (Maia, 2001, p. 165).

Neste sentido, indivíduos vistos em condição de mendicância, vadiagem ou alienação eram açoitados pela polícia recifense, os mais pobres poderiam ser apreendidos pela simples suspeita de loucura, quando presos eram enviados para a Casa de Detenção ou eventualmente

¹³ *Diário de Pernambuco* (1889, 22 de fevereiro), n. 43, p. 1.

¹⁴ *Diário de Pernambuco* (1892, 08 de maio), n. 104, p. 1.

para outras instituições correcionais¹⁵ para serem corrigidos e disciplinados para o trabalho, componente relevante da ordem social e moral coeva:

a Casa de Detenção do Recife foi um exemplo do que as elites poderiam fazer para intimidar aquela parte da população que, antes de tudo, era um foco de preocupação para o seu bom governo. [...] A polícia, na rua, observando e reprimindo os comportamentos indesejáveis; a Casa de Detenção, visível a uma distância considerável, alertando o quanto poderia ser perigoso fugir à ordem estabelecida. Eis dois dos principais instrumentos que o Estado utilizaria para impor o seu padrão de comportamento urbano: o aparelho repressivo e o aparelho que torna os indivíduos dóceis e úteis à sociedade (Maia, 2001, p. 189).

A Casa de Detenção, vista como símbolo do progresso social pelas elites, intimidava as classes populares, tanto pela sua arquitetura suntuosa em forma de cruz quanto pelos seus objetivos: isolar, punir e corrigir. O ambiente prisional era insuportável: os presos eram confinados em celas minúsculas, onde não entrava luz e o ar circulava muito pouco, havia também escassez de alimentos e de medidas de higiene, o que frequentemente ocasionava o adoecimento e a morte desses indivíduos. O local era tão intolerável que não era raro ocorrer suicídios, como o episódio noticiado em 02 de dezembro de 1891:

*Anteontem, o detento Victor Leandro Pereira Leite, certamente porque já se ia aborrecendo de sua atual moradia, tentou contra sua existência ingerindo verde francês.
Surpreendido neste ato de desespero pelo digno administrador da detenção, que imediatamente fez examiná-lo pelo médico do estabelecimento, tendo-lhe este aplicado os antídotos necessários, já achando-se ele a estas horas fora do perigo.
Realmente o alojamento não é lá muito agradável para quem tem propensão ao suicídio.¹⁶*

Logo, a angústia da falta de perspectivas de vida, a inadaptação à cidade, o temor de habitar espaços prisionais ou aturar abordagens policiais que se valiam do extenso uso da violência em prol do progresso e da disciplina influenciavam as percepções que esses indivíduos possuíam sobre si e o mundo exterior, obstando a sensação de adesão ao mundo, e levando-os, portanto, a perceberem-se excluídos e desagregados.

Repetem-se nas folhas do *Diário de Pernambuco* suicídios por problemas financeiros, não somente de idosos e alienados. Por vezes, a falência ou o impedimento de honrar os compromissos comerciais fazia com que comerciantes agissem contra a própria existência. Sigamos com outro drama pessoal, noticiado em 04 de outubro de 1890:

*Tentativa de suicídio
Ontem, cerca de 2 ½ horas da tarde, no prédio n.26 da rua do Padre Muniz (Antiga rua nova de Santa Rita), Domingos Antonio da Silva Beiriz,*

¹⁵ Como o Hospício da Tamarineira ou o Asilo de Mendicidade do Recife.

¹⁶ *Diário de Pernambuco* (1891, 02 de dezembro), n. 275, p. 2.

comerciante, disparou contra si próprio, na região cardíaca, um tiro de revólver, que o feriu gravemente, sendo melindroso o seu estado. Beiriz estava para casar com uma irmã do Sr. Francisco José da Silva, residente na referida casa; e, ontem, á indicada hora, ali se apresentando, declarou-se como um infeliz a quem faltavam recursos, pelo que estava resolvido a pôr fim aos seus dias; o que fez disparando a arma, sem que lh'o pudesse obstar a senhora com quem estava ajustado para casar. Comparecendo o subdelegado do 1º distrito de S. José, e interrogando o ferido, declarou ele que fora levado ao ato de desespero, que o prostrara, pelo fato de não ter meios de solver seus compromissos comerciais. Vistoriaram o ferido os Srs. Drs. Carneiro Leão e Ribeiro de Brito, que não puderam fazer a extração do projétil.¹⁷

Temos nessa notícia, portanto, a história de Domingos Antonio da Silva Beiriz, comerciante que tentara contra sua vida por dificuldades financeiras. Percebe-se, mais uma vez, um relato dramático; a senhora com quem Beiriz estava ajustado para casar testemunhara todo o episódio. Ainda que tenha se ferido gravemente, o comerciante sobreviveu, declarando ao subdelegado e aos médicos que o examinaram a razão da sua tentativa de suicídio. A mesma ocorrência é comunicada no dia seguinte na seção da "Repartição de Polícia", fornecendo informações que nos possibilitam novas observações:

Anteontem, cerca de 2 horas da tarde e na casa n. 26 à rua Nova de Santa Rita, tentou suicidar-se, disparando em si dois tiros de revólver, o negociante Domingos Antonio da Silva Beiriz, estabelecido com taverna na Praça de Maciel Pinheiro n.6. O subdelegado do 1º distrito de S. José deu as providencias que o caso exigia, sendo prestados os primeiros socorros médicos pelos Drs. Ribeiro de Britto e Carneiro Leão.¹⁸

Exploraremos o método escolhido por Beiriz para pôr fim à sua existência. Ter um revólver no século XIX não era tão incomum. As posturas municipais que proibiam o uso de várias armas que pudessem causar ferimentos graves não eram respeitadas, tanto pelas classes privilegiadas quanto pelas classes populares. De acordo com Clarissa Nunes Maia (2001), era rara a apreensão de armas de fogo, visto que eram mais utilizadas por trabalhadores e proprietários de estabelecimentos comerciais, portanto, pessoas que possuíam maior poder aquisitivo ou que se apresentavam moralmente adequadas diante das autoridades. O fato de Beiriz ser um comerciante, proprietário de uma taverna, concedia a prerrogativa de possuir um revólver. A posse também era corroborada pela relação ambígua entre os taverneiros e a força policial recifense, que, em alguns casos, era garantida por laços de clientelismo, poderia livrar o comerciante de ter sua arma expropriada.

Além da menção das dificuldades comerciais, outro indicativo do lugar ocupado pelo suicida na sociedade é sua propriedade, uma taverna estabelecida na Praça de Maciel Pinheiro, freguesia de São José. As tavernas, casas comerciais onde se vendiam bebidas e

¹⁷ *Diário de Pernambuco* (1890, 04 de outubro), n. 226, p. 3.

¹⁸ *Diário de Pernambuco* (1890), n. 227, p. 1.

comidas, tornaram-se espaços para socialização e divertimento de sujeitos das mais variadas classes sociais e ocupações: marinheiros, policiais, prostitutas, operários, criminosos, estivadores, jornaleiros, coveiros. Nesses ambientes, vez ou outra, os ânimos se acirravam, devido à embriaguez ou a provocações, resultando em tumultos que recheavam os jornais e preocupavam as elites ávidas pela ordem. Os taverneiros também precisavam lidar com os frequentes abusos praticados pelos subdelegados da freguesia e seus soldados, que obrigavam os comerciantes a servirem bebidas gratuitamente, sob ameaças de prisão, ou, em outros casos, compravam fiado e não pagavam (Maia, 2001).

Na segunda metade do século XIX, o Estado atuaria cada vez mais no patrulhamento do espaço urbano e no controle dos delitos e desvios morais que aconteciam nas áreas centrais do Recife. Em 1873, as posturas municipais proibiram o funcionamento de estabelecimentos comerciais depois das nove horas da noite. Nos domingos e dias santos, as tavernas poderiam até estar abertas, mas somente até duas horas da tarde, sob pena de multa de 30 réis ou 60 réis se reincidente (Maia, 2001). No entanto, isso não significa que todos obedeciam a tal norma, conforme revela a notícia publicada no *Diário de Pernambuco* em 18 de janeiro de 1890:

Respeitem a lei – Subsistem ainda uma postura municipal que obriga, com raras exceções, os estabelecimentos comerciais a fecharem aos domingos e dias santos, estatuinto que as tavernas e casas semelhantes fechem às 2 horas da tarde em iguais dias.

Parece, porém, que se pretende fazer cair em desuso essa postura, visto como muitos estabelecimentos, a pretexto de arrumações e lavagens, ficam abertos n'aqueles dias e fazem negócio, e muitas tavernas prologam as suas vendas até depois de 4 e 5 horas da tarde.

Este abuso dá-se principalmente nas freguesias de Santo Antonio e S. José. Chamamos para ele a atenção do Conselho da Intendência do município do Recife, de quem esperamos providencias para que os fiscais cumpram o seu dever.¹⁹

Não há detalhes sobre problemas financeiros de Domingos Antonio da Silva Beiriz. Seria por causa dos impostos que o seu comércio implicava? Por causa das multas por possivelmente funcionar depois do horário permitido? Por causa da inadimplência de seus clientes, muitos deles policiais? Ou dos custos do matrimônio vindouro? Não cabe tentar determinar as causas de sua condição econômica ou da sua tentativa de suicídio. Mas há um pequeno indício do que pode ter acontecido com Beiriz ou com o seu comércio. Nota-se durante o mês de novembro de 1892 o seguinte anúncio: “Vende-se a taverna à Praça de Maciel Pinheiro n.6; a tratar na mesma”.²⁰ O anúncio desaparece semanas depois, indicando sua provável venda.

Além da velhice, da alienação mental, dos suicídios por problemas financeiros, vamos, a seguir, tratar de uma condição e de suas repercussões legadas aos mais humildes, o alcoolismo. Conforme afirma Viviane Barbosa Pereira (2015, p. 66): “A embriaguez não era só reprovada pela elite e por pessoas de boa condição, como também era noticiada pela imprensa de forma

¹⁹ *Diário de Pernambuco* (1890, 18 de janeiro), n. 14, p. 3.

²⁰ *Diário de Pernambuco* (1892, novembro), n. 249, p. 6.

exaustiva, que a destacava em suas páginas como um mal que precisava ser solucionado urgentemente.”.

É possível notar nas páginas do *Diário de Pernambuco* um esforço contínuo em condenar a embriaguez: “O álcool é absolutamente um veneno, como o arsênico e a morfina; a diferença está apenas em levar mais tempo a destruir”.²¹ Atribuindo a causa do aumento da criminalidade e dos adoecimentos físicos e mentais ao crescimento dos casos de alcoolismo: “Recentes estatísticas demonstram que há alguns anos a loucura e a paralisia geral – consequências dos excessos alcoólicos – seguem uma progressão inquietadora; e é para notar que este movimento ascensional coincide com o aumento dos crimes e dos delitos”.²²

Segundo o discurso coevo, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas poderia levar também ao suicídio: “[...] a loucura, os suicídios e os crimes têm aumentado à proporção que o alcoolismo se estende”.²³ Em outro artigo também publicado no *Diário de Pernambuco*, o suicídio é associado ao alcoolismo:

*O indivíduo não tem mais consciência de suas ações, gesticula como um possesso, grita, procura morder-se ou arañhar-se. Se ele não pode conseguir morder aos seus semelhantes, volta o furor contra si próprio, bate com a cabeça contra as paredes ou pelos móveis que lhe ficam ao alcance, e quer se precipitar no abismo.*²⁴

No entanto, há uma discordância em termos quantitativos entre o que era rotineiramente dito nos artigos do periódico recifense e os casos de suicídio noticiados. O fato de o alcoolismo ser propínquo a outras categorias sociais, como alienação e vadiagem, poderia fazer referência a uma interpretação conjuntural exercida pelas elites, que relacionavam todas essas condições à figura do pobre; logo, ainda que dificilmente houvesse menção a bêbados que tentaram contra a própria vida, seus leitores certamente especulavam que esses sujeitos pertenciam à mesma classe social. Apesar do silêncio em relação ao estado de embriaguez dos suicidas, encontramos a seguinte ocorrência em 09 de maio de 1899:

*Pelo subdelegado do 2º distrito da freguesia de S. José me foi participado, que ontem, o indivíduo de nome José Luiz de França, morador da rua dos Ossos da mesma freguesia, achando-se em completo estado de embriaguez, tentou pôr termo a existência ingerindo 200 réis de ácido fênico. Aquela autoridade, logo que teve conhecimento do fato, fez transportar o ofendido para o Hospital Pedro II, onde se acha em tratamento.*²⁵

A notícia não informa os motivos que levaram José Luiz de França a ingerir ácido fênico, muito menos sua ocupação ou situação social, mas assinala sua condição, ao indicar

²¹ *Diário de Pernambuco* (1890), n. 258, p. 3.

²² *Diário de Pernambuco* (1890), n. 248, p. 2.

²³ *Diário de Pernambuco* (1890), n. 248, p. 2.

²⁴ *Diário de Pernambuco* (1890), n. 258, p. 3.

²⁵ *Diário de Pernambuco* (1899, 09 de maio), n. 104, p. 1.

a ebriedade do suicida, a expressão “em completo estado de embriaguez” permite aos leitores interpretar uma relação entre sua condição e o gesto cometido.

Nota-se também outra particularidade: a quantidade em réis gasta por José para pôr termo à existência. Essa informação não era comum ao se noticiar suicídios por envenenamento, o que nos impede de discorrer sobre os valores gastos pelos suicidas e o quanto isso implicava no método escolhido. No entanto, o que se poderia comprar com esse valor em 1899? Ainda que com essa quantia fosse possível comprar dois números avulsos do *Diário de Pernambuco* ou sabonetes de alcatrão,²⁶ o valor era consideravelmente menor do que os custos com alimentação.

O uso indiscriminado de ácido fênico pela população preocupava os médicos coevos. Em uma secção nomeada de “Medicina” no próprio *Diário de Pernambuco*, o articulista discorre sobre as consequências do uso desse tóxico como desinfetante: “o que a maneira com que se abusa desse agente constitui um verdadeiro perigo e uma excitação ao suicídio”.²⁷ De fato, o método mais escolhido para pôr fim à vida na última década do século XIX foi o envenenamento, seja com ácido fênico, verde francês,²⁸ arsênico ou outras substâncias tóxicas utilizadas no dia a dia pela população como desinfetantes ou inseticidas, vendidos sem precaução pelas farmácias da época.

Determinar que certas substâncias ou instrumentos seduziam suas vítimas é um tanto discutível. No entanto, tais meios de se suicidar também estão relacionados ao tempo e ao espaço em que esses sujeitos estão inseridos. Assim, o inseticida utilizado para a limpeza das residências e dos estabelecimentos, indicando uma crescente preocupação sanitária da população recifense no asseio do espaço privado e público, também suscitava o sujeito ao suicídio. O revólver empregado para defesa própria, em uma cidade onde o nível de criminalidade crescia consideravelmente, é usado para o fim de si próprio. A locomotiva, símbolo do progresso e da velocidade, também é o método usado para interromper a vida de indivíduos cansados de viver à própria sorte e temerosos com o futuro.

Embora o suicida possua processos biológicos e fisiológicos que constituem subjetividades, entende-se, no entanto, que o processo de modernização e o ordenamento das *urbes* também influenciaram as sensibilidades e emoções dos indivíduos que habitavam os centros urbanos:

A concepção mecânica do mundo se revelou uma realidade assustadora, e os habitantes da cidade foram submetidos compulsoriamente ao ritmo do maquinismo. O indivíduo foi esvaziado de sua identidade e tornou-se mais um em meio à multidão que, autômata, obedecia aos fluxos ordenados.⁵⁶ O aumento do número de suicídios parece ter sido uma das expressões mais dramáticas de reação a essas mudanças bruscas e desagradadoras a que a cidade assistiu (Guimarães, 2007, p. 339).

²⁶ *Jornal do Recife* (1899), n. 6, p. 4.

²⁷ *Diário de Pernambuco* (1898), n. 152, p. 2.

²⁸ Também chamado de verde-pariz.

Para Marx (2006), o suicídio consiste em um elemento natural da sociedade moderna, enquanto um protesto contra os desígnios e imperativos civilizatórios do capitalismo. Trata-se, essencialmente, de compreender que, embora o suicídio perpassasse diversas civilizações e épocas, na modernidade ele adquire novos símbolos, ritos e razões, e releva, sobretudo, a incapacidade do projeto civilizatório de oferecer condições de existência que não sejam mediadas pela exploração ou pela utilidade produtiva. Conforme Marx aponta (2006, p. 29):

As relações entre os interesses e os ânimos, as verdadeiras relações entre os indivíduos ainda estão para ser criadas entre nós inteiramente, e o suicídio não é mais do que um entre os mil e um sintomas da luta social geral, sempre percebida em fatos recentes, da qual tantos combatentes se retiram porque estão cansados de serem contados entre as vítimas ou porque se insurgem contra a ideia de assumir um lugar honroso entre os carrascos.

Considerações finais

Esta pesquisa propôs, ao interrogar como os suicídios eram noticiados e discutidos pela sociedade oitocentista, explorar tanto o morrer voluntário quanto as formas de viver involuntárias, pautadas por imperativos exteriores, pelo projeto domesticador, por conceitos construídos e fixados pelas elites que determinavam as razões e desrazões que levaram indivíduos à escolha pela própria morte, a partir dos discursos médicos, morais e jurídicos articulados nas páginas dos jornais do período, em especial do *Diário de Pernambuco*, entendidos aqui como espaços de produção de sentidos e não como espelhos diretos da experiência subjetiva dos sujeitos noticiados.

Observa-se, igualmente, que as motivações dos suicídios analisados não são alheias ao processo civilizatório que marcou o oitocentos. Esse processo, fundado a partir dos ideais de urbanidade, melhoramento material e progresso, promoveu um empreendimento disciplinador que identificava, normatizava e controlava as classes pobres, legando os mais humildes à exclusão social. Excluídos do novo mundo do maquinismo, onde o trabalho era enunciado como a única forma de progresso e de vida, esses indivíduos eram classificados, nos discursos jornalísticos, como miseráveis, alienados e suicidas.

Longe de esgotar os múltiplos fatores do fenômeno do suicídio, essa análise buscou evidenciar como a imprensa oitocentista participou da construção social do suicídio, articulando explicações que privilegiavam relações entre o sujeito e a sociedade, e reforçando hierarquias e exclusões próprias do seu contexto histórico.

Referências bibliográficas

- Albuquerque Jr., D. M. (2019). *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História*. Intermeios.
- Almeida, M. D. (2018). *A Guerra do Fim do Mundo na Imprensa de Pernambuco*. EDUPE.
- Barbagli, M. (2019). *O suicídio no Ocidente e no Oriente*. Editora Vozes.



- Bernardo, K. J. C. (2010). *Envelhecer em Salvador: uma página da história (1850-1900)*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia].
- Bresciani, M. S. M. (1985, abril). Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, 5(8-9), 35-68. https://snh2013.anpuh.org/resources/download/1242402259_ARQUIVO_mariastella.pdf.
- Canário, E. D. A. (2011). *É mais uma scena da escravidão: suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850-1888*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]
- Cunha, M. C. P. (1990). *Cidadelas da ordem: a doença mental na República*. Brasiliense.
- Delumeau, J. (2009). *História do medo no ocidente, 1300-1800*. Companhia das Letras.
- Febvre, L. (1941, junho). La sensibilité et l'histoire. Comment reconstituer la vie affective Annales d'histoire sociale. *Annales d'Histoire Sociale*, 3(1-2), 5-20.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Editora Vozes.
- Foucault, M. (2003). *Microfísica do poder*. Edições Graal.
- Guimarães, V. (2007, junho). Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. *Revista Brasileira de História*, 27(53), 323-349.
- Guimarães, V. (2014). Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os faits divers criminais. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte Uberlândia*, 16(29), 103-124.
- Lopes, F. H. (2010). *Suicídio & saber médico: estratégias históricas de domínio, controle e intervenção no Brasil do século XIX*. Apicuri.
- Maia, C. N. (2001). *Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco].
- Marx, K. (2006). *Sobre o suicídio*. Editora Boitempo.
- Minois, G. (2018). *História do suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária*. Editora Unesp.
- Nascimento, L. (1968) *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954): Diário de Pernambuco*. Imprensa Universitária.
- Pereira, V. B. (2015). *Outros Trabalhadores: experiências e cotidiano de trabalho de homens e mulheres no Recife (1890-1915)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural de Pernambuco].
- Rezende, A. P. (2005). *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife.
- Santos, M. A. (2018). Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura, 1831-1845. In W. B. da Silva. (Org.). *O Recife no século XIX: outras histórias (1830-1890)* (1ª ed., pp. 87-112). Paco Editorial.

Souza, W. A. (2018) A Câmara e os médicos: entre a insalubridade e o governo da cidade. In: W. B. da Silva. (Org.). *O Recife no século XIX: outras histórias (1830-1890)* (1ª ed., pp. 113-142). Paco Editorial.

Vovelle, M. (1991). *Ideologias e Mentalidades*. Brasiliense.

Wood, E. M. (2001). *A origem do capitalismo*. Jorge Zahar.

Recebido em: 13 de fevereiro de 2025

Aprovado em: 14 de março de 2026

